

Crise do valor: distintas interpretações e uma síntese possível

Eduardo Sá Barreto¹

Tailiny Ventura²

Resumo:

O presente artigo examina as transformações do modo de produção capitalista, apoiando-se em um conjunto de reinterpretações da teoria marxiana do valor. A partir de *insights* de Marx, presentes especialmente nos *Grundrisse*, alguns autores apresentam argumentos que, embora sutilmente distintos, em sua essência sustentam que a crescente aplicação da ciência na produção e a resultante redução do trabalho imediato na atividade produtiva impelem o capitalismo a uma crise estrutural, formando as bases para que o valor deixe de mediar as relações de produção. O estudo reúne essas reflexões, procurando sintetizá-las em uma explicação possível daquilo que muitos veem como sendo um longo processo de crise terminal do próprio capitalismo.

Palavras-chave: Crise do valor; Marx; relação de valor.

Crisis of value: different interpretations and a viable synthesis

Abstract:

The following paper examines the transformations underwent by the capitalist mode of production, drawing on a set of reinterpretations of the Marxian theory of value. From a few of Marx's insights, particularly those found in the *Grundrisse*, some authors present arguments that, while subtly distinct, in essence claim that the growing application of science in production and the resulting reduction in immediate labor in productive activity impel capitalism to a structural crisis, setting the foundations for value to cease mediating relations of production. The research brings together these reflections aiming to synthesize them into a possible explanation of what many see as being a long process of terminal crisis of capitalism itself.

Keywords: Crisis of value; Marx; value relation.

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Mestranda na Universidade Federal do Paraná.

Visões sobre a crise do valor: uma tentativa de síntese

Uma contradição dinâmica não pode ficar “em processo” para todo o sempre, antes tem de culminar ou passar pelo seu clímax.

Robert Kurz

A mais recente crise da economia global expôs de maneira dramática e inequívoca alguns traços relevantes do capitalismo contemporâneo: uma importância colossal (e crescente) da esfera financeira na dinâmica geral do sistema associada a uma capacidade decrescente desta mesma esfera de “rebocar” a atividade econômica dita real. Paralelamente, uma intensificação da força repulsora de trabalho humano direto naqueles setores produtivos mais compatíveis com a lógica de produção de valor e, por outro lado, uma expansão de atividades improdutivas (segundo o valor) e de atividades nas quais o aspecto disciplinador do capital sobre o processo de trabalho é dificultado.

Pretende-se, neste artigo, avançar um tipo de interpretação que sustenta que a crise mais recente – longe de ser “apenas” um episódio circunscrito temporalmente e com efeitos depurantes para a dinâmica de acumulação – deve ser entendida como momento de manifestação aguda de uma prolongada crise estrutural fundada em limites objetivos à produção de valor; em síntese, de uma crise do valor. Nesse registro, portanto, tampouco deve-se identificar como *prima causae* das convulsões econômicas das últimas décadas a dinâmica instável e altamente volátil da esfera financeira.

Tal linha de reflexão tem origem no final da década de 1970, quando a capacidade técnica de reconfiguração do modo de produzir sofre uma inflexão e dispara mudanças qualitativas substanciais na dinâmica capitalista. A assim chamada III Revolução Industrial – especialmente a revolução microeletrônica e a criação do microprocessador, em 1970 – cria as condições para a aceleração sem precedentes (tanto quanto à escala como quanto à abrangência) da substituição do trabalho vivo por capital fixo. A explicação para isso, argumenta-se, deve recuperar na análise marxiana da mercadoria a sua natureza dialética, corrigindo, assim, uma leitura tradicional que tende a negligenciar os desdobramentos materiais de seu caráter contraditório.

É a síntese de reflexões orientadas por esse *insight* que buscamos realizar neste artigo. Abordaremos especificamente quatro autores, não só

porque convergem nos pontos mais cruciais, mas também (e, quiçá, principalmente) pela fértil complementaridade de suas ideias. Na primeira seção, busca-se delinear o fundamento teórico do qual partem, ao mesmo tempo indicando que os argumentos por eles desenvolvidos já se encontram em gérmen no próprio Marx. Na segunda seção, apresentamos a estrutura geral de raciocínio que essas reflexões têm em comum. A terceira seção traz as visões particulares de crise do valor que cada autor desdobra das tendências mais gerais. A quarta e última seção conclui o artigo.

1. Marx: estranhamento, capital fixo e o general intelect

Em *O capital*, Marx indica, já nos primeiros parágrafos, a posição estruturalmente central da forma mercadoria na sociedade capitalista. É apenas nessa sociedade que o produto do trabalho assume universalmente esta forma. E se o produto do trabalho, considerado em sua totalidade, constitui a riqueza social, é a mercadoria a unidade fundamental da riqueza nessa sociedade.

A mercadoria, observada como mero objeto, não possui segredos. Como valor de uso ela possui algumas propriedades materiais; algumas delas, herdadas de seus elementos e estrutura naturais constituintes, outras, conferidas pelo trabalho humano. É, por isso, um objeto sensível; i.e., está num plano de existência acessível aos sentidos. No entanto, Marx (2013) sustenta, analisar a mercadoria como mero objeto abstrai justamente a especificidade social que confere a este objeto o caráter de mercadoria: abstrai o seu caráter de valor.

Mesmo este aspecto, porém, é elucidado por Marx já nos momentos iniciais de *O capital*. Quando o produto do trabalho aparece como mercadoria, diz o autor, torna-se um objeto sensível-suprassensível, adquire também existência em um plano que não é sensível. É, nesse aspecto, puramente social, *é valor*. Como valor, é fruto do conteúdo comum de todos os diversos trabalhos, o trabalho abstraído de todos os seus determinantes concretos, qualitativos. Como medida da riqueza, tem sua grandeza determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

O desafio analítico, portanto, não surge de nenhuma das duas dimensões da mercadoria. Surge, diz Marx, de sua própria existência dupla, do fato de que o produto do trabalho assume a forma social de mercadoria. Três pontos são fundamentais neste argumento e neles é crucial delimitar clara e corretamente os elementos de análise que são comuns a todas as formações sociais daqueles que são historicamente específicos do capitalismo.

Primeiramente, é possível afirmar que todos os diversos trabalhos humanos possuem algo em comum, dispêndio de nervos, músculos, cérebro etc.; em suma, gasto fisiológico de energia. Nesse sentido fisiológico, temos uma dimensão comum, geral, transversal à história humana³. Contudo, quando os produtos do trabalho assumem a forma de mercadoria, a igualdade dos trabalhos assume o caráter de “igual objetividade de valor dos produtos do trabalho” (MARX, 2013). Em outros termos, o aspecto comum dos trabalhos se expressa como relação de valor entre as mercadorias, é dotado de objetividade na igualação das mercadorias por meio de seu conteúdo de valor. Em segundo lugar, analogamente, pode-se sustentar que também é geral a *medida do dispêndio* de força de trabalho por meio de sua duração⁴. Entretanto, uma vez universalizada a produção mercantil, esta medida se expressa como a grandeza de valor da mercadoria; i.e., exterioriza-se como propriedade do produto do trabalho. Terceiro, o caráter social do trabalho – ou seja, a divisão social do trabalho e as relações entre os produtores por meio de seu trabalho – é comum a todas as épocas. Todavia, quando os produtos do trabalho assumem a forma de mercadoria, tais relações se processam por meio de relações sociais entre mercadorias.

O que temos aqui, em síntese, é a análise do caráter fetichista da mercadoria, realizada por Marx; i.e., da mercadoria como categoria social que reflete os traços sociais do trabalho como traços objetivos seus. Em seu enunciado mais conhecido: as relações entre os homens aparecem como relações entre coisas.

Utilizando as indicações do próprio Marx, podemos deixar algumas implicações importantes mais visíveis. Se o argumento anterior é válido, então temos que, no capitalismo, a relação social do produtor com a massa de trabalho global aparece como relação do seu produto com os demais produtos; ou seja, como relação social externa entre objetos, à margem de cada produtor. Dito de outro modo, se os objetos de uso são mercadorias apenas quando são produto de trabalhos privados, mutuamente autônomos (realizados independentemente uns dos outros), os produtores só travam efetivamente contato social entre seus trabalhos por meio da troca. Sendo assim, os trabalhos privados só atuam de fato como elementos do trabalho social total por intermédio da troca. Conclusão: as relações sociais não aparecem (e, no capitalismo, não são de fato) como relações diretamente sociais. Aparecem como (e de fato são) relações reificadas entre pessoas e

-
- 3 Por este motivo, Postone (2003) é enfático ao afirmar que o trabalho abstrato não pode ser compreendido apenas em termos fisiológicos, pois assim se estaria enfatizando apenas os aspectos mais gerais e, portanto, historicamente não-específicos da categoria.
- 4 Muito embora a própria noção de duração não seja (cf. POSTONE, 2003, Capítulo 5).

relações sociais entre coisas. Ou seja, o caráter social das relações é transferido aos produtos do trabalho e as relações entre pessoas ocorre por intermédio desses produtos.

Na prática cotidiana, portanto, o que interessa aos agentes da troca é a quantidade e variedade de produtos alheios que obtêm por seu próprio produto. Ou seja, em que proporções os produtos são trocados. Tais proporções, contudo, variam constantemente, independentemente da vontade, previsão ou ação daqueles que realizam a troca. Isso porque, como aponta Marx, as proporções em que se trocam as mercadorias dependem de suas grandezas de valor. E suas grandezas de valor, por outro lado, são determinadas por condições sociais de produção que escapam ao controle dos indivíduos. Por isso, quando a riqueza social é produzida sob a forma de mercadoria – mais precisamente, quando a produção é produção capitalista, centrada no valor e no trabalho –, a dinâmica da produção⁵ situa-se à margem dos indivíduos; é dinâmica estranhada, sob cujo controle se encontram, e não o contrário, dado que “nas relações de troca contingentes e sempre oscilantes de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com força de uma lei natural reguladora” (MARX, 2013, p. 150).

A noção de uma dinâmica estranhada é crucial para compreender os vislumbres do futuro da sociedade capitalista encontrados nos *Grundrisse* (MARX, 2011). Ela também permite demonstrar⁶ que o imperativo da acumulação, principalmente a acumulação impulsionada pela elevação das forças produtivas, possui um caráter de necessidade lógica. Quanto a esta necessidade lógica, é proveitoso lembrar, com Kurz, que a “teleologia’ deve ser entendida aqui única e exclusivamente no sentido da *história interna* do capitalismo – mais concretamente, como a imposição de um desenvolvimento permanente (...) com repercussões igualmente progressivas sobre o fim-em-si do processo de valorização” (2014c, p. 216).

Na seção Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade Marx (2011) mostra que, no curso de emergência e

5 Entendida aqui como totalidade (MARX, 2011).

6 Fazendo, porém, a importante ressalva de que há mediações categoriais que estão aqui sendo suprimidas. O argumento apresentado por Marx desdobra (cuidadosamente) da natureza dialética da mercadoria uma série de tendências fundamentais: o imperativo da produção de mais-valor na circulação do valor como capital, os limites da produção de mais-valor absoluto, o mais-valor relativo, o processo pelo qual o capital supera a mera apropriação das condições de produção herdadas e subordina o processo de trabalho à sua própria lógica, o impulso ao avanço das forças produtivas (em que o capital diminui progressivamente, em termos relativos, sua capacidade de empregar força de trabalho), a tendência ao aumento da composição orgânica do capital e a consequente tendência à queda da taxa de lucro.

desenvolvimento do modo de produção capitalista, o capital assume, sucessivamente, formas materiais específicas, de modo que o processo de produção torna-se crescentemente determinado pelo capital sob a determinação de capital fixo. Este movimento consolida-se no período da grande indústria e sua manifestação concreta é a progressiva mecanização – e, a partir de certo estágio, automatização – da produção. De acordo com Marx, a

produção baseada na maquinaria, apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força ou atividade de valorização pelo valor existente por si, inerente ao conceito de capital –, é posta como caráter do próprio processo de produção, inclusive de acordo com os seus elementos materiais e seu movimento material. O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa (2011, p. 581).

Em outras palavras, a partir da grande indústria, a produção da riqueza efetiva (material) sustenta-se sobre uma base cada vez mais estreita de trabalho direto, dependendo crescentemente da apropriação das forças produtivas gerais da sociedade, oriundas daquilo que Marx chama de “acumulação do saber e da habilidade das forças produtivas gerais do cérebro social” – ou, mais sinteticamente, de *general intellect*⁷.

Nesse registro, o desenvolvimento concreto das forças produtivas ilumina um aspecto contraditório chave da dinâmica capitalista: em um mesmo movimento, uma lógica imanente impele a dinâmica de acumulação do capital, ao mesmo tempo em que erode – concreta e historicamente – seus próprios pressupostos. Esse aspecto contraditório cria sistematicamente as condições para que o valor venha a deixar de mediar as relações de produção, não sem antes atravessar uma profunda, e possivelmente prolongada, crise terminal. É este o mote das reflexões que abordamos a seguir.

2. Expressões materiais da acumulação

O argumento marxiano ilustrado na seção anterior evidencia que, partindo da categoria fundamental do modo de produção capitalista, a

7 “(...) à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção” (MARX, 2011, pp. 587-8).

mercadoria, e de sua contradição básica, entre valor e valor de uso, é possível demonstrar que esta sociedade adquire uma dinâmica estranhada e direcional, elucidando, entre outras coisas, o inescapável impulso para a acumulação.

Em *O capital*, o processo de acumulação aparece sob diversas lentes: no Livro I, estrangido apenas por sua capacidade de produzir mais-valor (pelo consumo da força de trabalho e pelo rebaixamento de seu valor); no Livro II, estrangido pelas necessidades de se afirmar como valor-capital e valor valorizado também na circulação; e, finalmente, no Livro III, estrangido pela dinâmica de apropriação do mais-valor na forma de lucro (pela tendência imanente de queda da taxa de lucro) (MARX, 2013; 2014; 2008).

Não trataremos em detalhe desses níveis de abstração da acumulação capitalista. Basta apontar que, em todos eles, encontra-se subjacente o pressuposto de uma plena operação da lei do valor. Em outros termos, Marx não explora ali em profundidade as indicações deixadas nos *Grundrisse* a respeito do movimento pelo qual os ciclos de acumulação tendem a impelir a uma crise do valor.

Para compreender adequadamente este impulso, sustenta Kurz (2014a), é necessário contemplar a relação entre forma e matéria implicada nos processos acima aludidos. A ideia é que a dialética entre valor e valor de uso engendra não apenas uma dinâmica estranhada passível de ser logicamente apreendida, mas também uma dinâmica que se expressa – e deve, tendencialmente, expressar-se – de modo materialmente específico. Essa dimensão material entra, como veremos, em contradição com a própria lógica de formação de valor.

Como bem demonstrado por Marx, o período da manufatura é o estágio histórico que corresponde à predominância da produção e apropriação extensiva do mais-valor (forma que ele chama de mais-valor absoluto). Neste período, as condições de produção encontram-se apenas formalmente apropriadas pelo capital, i.e., em uma configuração material herdada do modo de produção feudal. Aqui, diz Kurz, há ainda uma relação próxima de correspondência entre trabalho produtivo no sentido material e trabalho produtivo segundo o valor. Dito de outro modo, a forma social da riqueza (valor) expressa tempo de trabalho e, além disso, não se encontra dissociada da riqueza em seu aspecto material. Prado (2013) elabora este movimento de transformação da forma social da riqueza segundo a lógica do capital, porém sob condições materiais de produção herdadas, como um longo processo de *posição do valor* como categoria central a presidir a totalidade.

Concretamente, a dissociação entre forma material e forma social tem origem (de modo apenas aparentemente paradoxal) com a busca cega pela maior adequação material entre a *raison d'être* do capital e sua objetividade física, que impele a contínuas e sistemáticas transformações materiais no processo de produção e no processo de trabalho. Este movimento encontra-se na raiz da explicação da crise do valor. Faz-se necessário, portanto, desdobrar as forças que o originam e delinear mais detidamente suas implicações.

É conhecido que a forma absoluta do mais-valor possui limites temporais, biológicos, sociais etc. Quando a expansão do valor excedente encontra limites pela simples ampliação da jornada de trabalho, passa a ser imperativo expandi-lo pela redução da parte da jornada correspondente ao trabalho necessário. Em outros termos, torna-se crucial elevar relativamente a apropriação do capital sobre o valor novo; elevar o mais-valor em sua forma relativa.

A lógica do mais-valor relativo exige, portanto, que o modo de produzir seja sistematicamente reconfigurado às feições do capital, que assumam formas materiais cada vez mais adequadas ao objetivo de valorização do capital, reduzindo o tempo em que a força de trabalho deve operar para reproduzir seu próprio valor. A esta necessidade, Marx (2013) associa a crescente subordinação real do modo de produção ao capital (manifesta na emergência da manufatura e da grande indústria, por exemplo).

A elevação do nível geral de produtividade, peça-chave dessa dinâmica, ao mesmo tempo em que permite a ampliação da parcela de mais-valor, reduz o *quantum* de valor novo criado e, por isso, tende a reduzir o valor de cada unidade produzida. As implicações acima aludidas são bem conhecidas e referem-se, essencialmente, à dimensão de valor de todo o processo. É fundamental, entretanto, entender como todo o movimento manifesta-se materialmente. E, mais importante, que existe, no plano material, uma trajetória imanente.

O crucial, nesse caso, é que o capital, sob a determinação de capital fixo, configura-se materialmente de modo a economizar trabalho. Mais precisamente, assume formas de modo a prescindir – o tanto quanto for possível – do trabalho direto. A isso corresponde um progressivo afastamento do trabalho humano direto do processo de produção. A isso corresponde, portanto, uma crescente tensão entre o desenvolvimento concreto das forças produtivas e a relação de produção capitalista; i.e., entre o nível crescente de produtividade e a produção fundada no valor.

O efeito repulsor de trabalho vivo, fruto da dimensão concreta do processo de acumulação, é, já em *O capital*, demonstrado em detalhe por Marx. O enfoque ali é dado, todavia, ao processo pelo qual a acumulação, entendida como fenômeno global, torna a força de trabalho *relativamente* supérflua. Em outros termos, a exposição clássica da assim chamada lei geral da acumulação capitalista contempla um movimento em que o emprego de trabalho vivo, ao mesmo tempo em que é diminuído em termos relativos, expande-se em termos absolutos. Isto é, ao movimento de repulsão, resultado do maior nível de produtividade, corresponde (naquela análise) um movimento de atração, resultado da ampliação dos espaços de valorização do capital, de expansão do escopo da produção tipicamente capitalista. Com isso, a redução relativa da substância do valor no processo produtivo é compensada por sua expansão absoluta. Cresce, portanto, a massa de valor e de mais-valor⁸.

Uma negligência com as formas materiais específicas desses movimentos paralelos de expansão do capital, desemprego relativo e expansão da massa global de valor tem conduzido a análises que, implícita ou explicitamente, admitem os ciclos de acumulação do capital como (ao menos logicamente) indefinidamente reprodutíveis. Contrapondo-se a tal noção, Postone sublinha que “uma análise do valor como a forma social da riqueza não pode ser simplesmente separada da forma material concreta do trabalho que a produz” (1978, p. 757). Dito de outro modo, valor e mais-valor são abstrações reais que engendram modos concretos particulares de trabalho. É, portanto, apenas quando incorporamos à análise esta dimensão material do impulso do capital à acumulação que fica claro como a dinâmica da acumulação manifesta-se em um movimento que tende a esgotar-se.

De acordo com Kurz (2014a), a determinação essencial dessa reflexão deve ser a ciência. Mais precisamente, um duplo processo de cientificização da produção. Por um lado, a aplicação tecnológica das *ciências naturais*; por outro, o que o autor chama de ciência do trabalho, ou *ciência organizacional*. Ambas as dimensões confluem para repelir o trabalho humano direto da produção; e não mais apenas em termos relativos, mas *em termos absolutos*. Neste ponto, é fecundo reconstruir o argumento de Kurz combinando-o à noção de pós-grande indústria⁹ (FAUSTO, 1989;

8 Voltaremos a este ponto na próxima seção.

9 O termo inevitavelmente traz à mente as noções controversas de sociedade pós-industrial e trabalho imaterial avançadas em *Empire* por Hardt e Negri (2001). Por isso, ainda que não seja nosso objetivo recompor o debate suscitado pela reflexão desses autores, é importante sublinhar que a ideia de pós-grande indústria proporciona um contraponto crítico à de sociedade pós-industrial. Para um comentário mais detalhado, cf. Prado (2003).

PRADO, 2005).

Vimos na seção anterior que, em Marx (2013; 2011), o impulso ao aumento da produtividade é o fundamento da origem da maquinaria (i.e., da aplicação extensiva de máquinas e sistemas de máquinas na produção) e do que chamou de grande indústria. Este estágio envolve, segundo Fausto, uma primeira negação do processo de trabalho no interior do processo produtivo. Em outros termos, a dissociação entre processo de trabalho e processo de produção aparece não mais como um epifenômeno – restrito a atividades produtivas específicas, como a produção de vinho, p.ex. –, mas como uma tendência imanente de todo o sistema. A despeito desse movimento de negação, contudo, é na grande indústria que o capital assume sua forma material adequada: o processo (seu ritmo, sua forma de execução etc.) de trabalho encontra-se controlado e regido tecnicamente, i.e., realmente subsumido ao capital (particularmente o capital sob a determinação de capital fixo). Mais especificamente, a forma é mais adequada porque cria, pela primeira vez, a possibilidade concreta de disciplinar, como um poder *objetivo*, o processo de trabalho.

Nesse estágio, cujo marco inicial pode ser situado na primeira Revolução Industrial, o aumento da produtividade (em geral) e a elaboração e aplicação de máquinas (em particular) não correspondem ainda ao processo de cientificização plenamente desenvolvido. Como indica Kurz, a relação sistemática entre ciência e sua aplicação na produção surge e desenvolve-se apenas gradualmente. Embora a Revolução Industrial represente um extraordinário salto de produtividade – e, por isso, segundo Fausto, uma primeira negação do processo de trabalho –, tal salto não tem origem em uma relação desta natureza. O mesmo poderia ser dito até para a segunda Revolução Industrial – novo momento de inflexão do modo de produção associado ao surgimento e rápida expansão do setor elétrico, no final do século XIX, entre outras inovações significativas.

A dimensão organizacional aludida por Kurz ainda viria a complementar, no início do século XX, a progressiva adequação da forma capital ao seu conteúdo, eliminando sempre que possível quaisquer espaços de subjetividade no processo de trabalho. Embora tenha encontrado rapidamente uma expressão paradigmática na linha de montagem de contornos fordistas (i.e., na automação), é só mais tarde que esta tendência manifesta-se como fenômeno de largo escopo (além, evidentemente, de larga escala), quando a cientificização organizacional e a tecnológica combinam-se em um processo simbiótico.

A efetiva simbiose entre tecnologia e ciência organizacional consolida-se, ainda, como resultado das duas grandes guerras do século XX.

O surgimento da microeletrônica, impulsionado originalmente por necessidades e para finalidades militares, inaugura um novo estágio – e aqui, novamente, é fundamental enfatizar a sua *dimensão material* – da produção capitalista. É somente a partir de então que a ciência aplicada aparece não mais como mera base técnica da produção industrial, mas passa a figurar como uma espécie de pressuposto concreto de tendências centrais da produção capitalista (KURZ, 2014a). E é este novo estágio que recebe uma denominação adequada no termo pós-grande indústria; a segunda negação do processo de trabalho (FAUSTO, 1989). Aí podem ser encontradas as raízes do que estamos chamando amplamente de crise do valor¹⁰.

Diversos autores, particularmente aqueles alinhados à Crítica do Valor, elaboram argumentos semelhantes até esse ponto, mas seguem caminhos ligeiramente distintos a partir dele. Não temos aí reflexões que possam ser consideradas incompatíveis, mas intervenções que iluminam diferentes aspectos de um mesmo processo lógico-histórico global. Sua fecundidade reside na possibilidade de reuni-las em uma imagem mais abrangente daquilo que muitos veem como sendo um longo processo de crise terminal do próprio capitalismo.

3. Três visões de crise do valor

3.1. Kurz: mecanismo histórico de compensação e a crise do valor de troca

Já vimos que a combinação entre as duas tendências de cientificização intensificam extraordinariamente as forças de repulsão do trabalho direto. Isso porque a expressão material desse impulso à elevação da produtividade alcança um estágio em que o trabalhador é posto ao lado do processo de produção, como mero regulador do processo de trabalho. Tal desdobramento consiste, segundo Kurz, em um fenômeno qualitativamente novo,

constituído pelo desenvolvimento capitalista das forças produtivas na transição para a terceira Revolução Industrial da microeletrônica, que não só representa uma mutação tecnológica na figura de novos processos de racionalização, formas de informação e de comunicação (Internet), como também virou do avesso as condições sociais e culturais, constituiu o capital mundial da globalização e conduziu a um processo de crise

10 Crise do valor de troca em Kurz (2014a; 2014b), valor desmedido e deposição do valor em Prado (2005; 2013), valor como medida inadequada em Postone (1978; 2014).

planetário de um novo tipo (2014c, p. 16).

De acordo com o autor, a partir de certo estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, o mecanismo de compensação pelo qual a economia relativa de trabalho direto (proporcionada pelos ganhos de produtividade) é compensada por necessidades ampliadas de trabalho (oriundas da acumulação) esbarra em limites lógicos e históricos. Tal mecanismo foi tratado em detalhe pelo próprio Marx (embora não nesses termos) em sua *lei geral da acumulação capitalista*, como já vimos. Ali, Marx (2013) demonstra que a marcha da acumulação tende a produzir superpopulação relativa. Ou seja, ainda que as necessidades de trabalho direto diminuam em relação à totalidade dos meios de produção, a expansão do sistema como um todo – internamente, via mais-valor relativo, e externamente, via subordinação crescente em escopo das atividades humanas à lógica do capital – permite absorver *quanta* crescentes de trabalho. Tal mecanismo, por garantir a expansão extensiva da produção baseada no trabalho direto, manteria resguardada a lógica fundamental do capital de fazer expandir a massa de valor; manteria resguardada, portanto, a determinação mais essencial do processo de valorização do capital.

A sutil, porém profunda, modificação que Kurz (2014a; 2014c) introduz é tratar desse mecanismo, que compensa uma contração relativa pelo aumento absoluto, como algo que tende a esgotar-se: (i) *logicamente*, dado que a expansão do mais-valor relativo, além de possuir um limite absoluto no próprio valor, defronta-se com uma tendência de diminuição deste valor; (ii) *historicamente*, já que chega um momento em que mesmo os novos ramos de atividade já “nascem”, em decorrência do avanço das forças produtivas, praticamente incapazes de absorver trabalho. Quanto a isto, o autor sustenta que

na terceira Revolução Industrial da microeletrônica ocorreu (...) uma reviravolta. Manifestou-se algo que desde sempre tinha sido concebível em termos lógicos, a saber, o aumento da força produtiva a uma tal escala que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional para ser capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria. (...) a entrada de novos produtos já de si pobres em trabalho – e que o são cada vez mais – na produção em massa e no consumo de massas desalavanca o mecanismo de compensação em vigor e faz parar o movimento de expansão interna do mais-valor para tal necessário (KURZ, 2014c, p. 267).

O resultado necessário do esgotamento desse mecanismo é a virtual

paralisação do processo de *expansão* do valor¹¹. Este ponto de saturação teria sido atingido, nos países capitalistas centrais, na década de 1960, não por acaso coincidindo com o esgotamento do período histórico conhecido como a Era de Ouro do capitalismo. Outras três questões levantadas pelo autor podem ser acrescentadas a esta interpretação.

Primeiro, à medida que o capital se agiganta (enquanto valor) na base de produtividade crescente, tende a aumentar a composição orgânica do capital, o que, por sua vez, tende a diminuir a taxa de lucro. No Livro III de *O capital*, ao tratar da lei tendencial da queda da taxa de lucro, Marx (2008) tem o cuidado de demonstrar que à taxa decrescente contrapõe-se uma massa crescente de mais-valor e lucro. Ou seja, a queda da taxa de lucro, tal como abordada por Marx, trata de um momento do processo de desenvolvimento da contradição constituinte do capital em que ainda se obtém, dentro das condições normais vigentes, massa de valor crescente. Kurz, por outro lado, argumenta que essas duas tendências (opostas em sentido) são também de natureza distinta. De acordo com o autor,

a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a lei da massa de lucro absoluta crescente se encontram situadas em planos lógicos diversos: a queda da taxa de lucro constitui uma lei interna à dinâmica capitalista, ao passo que o crescimento da massa de lucro absoluta não é uma lei interna absoluta do capital, mas uma lei no sentido de um imperativo “para” o capital “com base nos seus fundamentos” (KURZ, 2014c, p. 281).

Ora, por essa leitura, o esgotamento do mecanismo tratado nos parágrafos anteriores significa também o esgotamento das condições em que a massa de lucro pode crescer baseada no crescimento da massa de mais-valor. Kurz (2014c, p. 297) avança nesta questão, demonstrando como isso exige do capital fictício um protagonismo crescente na dinâmica do sistema e como isso altera e intensifica certos fenômenos de superfície. Não podemos tratar em detalhe neste trabalho das implicações (profundas e relevantes) desse desdobramento. Convém, contudo, destacar que aqui se encontra uma das chaves para entender como “o eixo temporal da produção social de mais-valor desloca-se fundamentalmente do passado para o futuro”.

Segundo, à medida que o capital se agiganta materialmente, tal tendência é reforçada por outra: a gradual divergência entre trabalho materialmente produtivo e produtivo segundo o valor (tornada inicialmente significativa com a primeira Revolução Industrial) ganha escala e velocidade também qualitativamente distintas. Isso porque o incrível aumento da

11 Kurz se refere a uma “paralisação do processo de criação de valor” (2014a, p. 47), o que nos parece uma implicação menos precisa de seu raciocínio.

escala material da produção – em sentido local, regional, nacional e global – exige, crescentemente, a elaboração e manutenção de uma infraestrutura física, econômica e social capaz de viabilizar materialmente a articulação de todos os diversos ramos de atividades conectados direta ou indiretamente e a circulação de seus produtos.

Com isso, uma parcela cada vez mais expressiva do trabalho social é direcionada a atividades em que não se produz valor. Não produz valor porque é, conforme indica Kurz (2014a), imediatamente social; i.e., este trabalho não mais se afirma como social apenas de forma mediada, na relação social entre seus produtos. O trabalho realizado em tais atividades é diretamente parte constituinte de todos os produtos com ele relacionados e, por isso, enquanto atividade, diretamente social. À medida que cresce, relativa e *absolutamente*, a importância social deste tipo de trabalho – e Kurz é enfático em afirmar que cresce de modo inexorável –, torna-se cada vez mais obsoleta a lei do valor, visto que uma parcela crescente do trabalho social escapa à abstração constituinte do valor.

Terceiro, em decorrência do gigantismo do capital (tanto quanto ao primeiro sentido como ao segundo), o recurso ao crédito torna-se progressivamente imprescindível, convertendo-se em condição *sine qua non* da aplicação de valor como capital, por um lado, e do escoamento da avalanche de mercadorias despejadas nos mercados a todo momento, por outro.

O contraponto concreto desses processos, afirma Kurz (2014a), é uma inevitável *crise do valor de troca*. Todas as tendências de descolamento entre o conteúdo de valor do dinheiro e a sua denominação de valor, já analisadas por Marx (2013), são aqui elevadas à “enésima” potência. Não mais esse descolamento se limita às peças singulares de dinheiro, não mais a uma moeda, mas à forma social dinheiro em um sentido global. A manifestação histórica desse esvaziamento da substância de valor do dinheiro teria sido, segundo o autor, o abandono do padrão dólar-ouro em 1971, último reduto de conversibilidade (em âmbito global) entre o papel-moeda e o ouro. O autor sublinha que, por isso, a

inflação desde o início do século XX (...) não pode ser comparada, porventura, às primitivas “degradações da moeda” levadas a cabo pelos príncipes dos primórdios da Modernidade ou à desvalorização das primeiras emissões de papel-moeda (ainda por parte de bancos particulares), tratando-se agora de uma desvalorização do dinheiro que atingia a reprodução global de uma sociedade toda ela permeada pelo capitalismo, de base industrial e no âmbito de uma expansão histórica geral do crédito (KURZ, 2014c, p. 301).

A despeito de uma imagem de colapso iminente que possa transparecer da reflexão de Kurz, o autor é específico em ressaltar: a “explosão lógico-histórica da relação de valor” não implica necessariamente um imediato – e nem mesmo simultâneo – desaparecimento das formas de circulação que dela emergem. Diz o autor que, apesar da degeneração do conteúdo de valor, o capital é forçado a buscar a manutenção do “valor como valor”. Em outros termos, deve garantir – pois é aí que reside sua razão social e econômica – que a forma valor permaneça como a forma geral de circulação da riqueza¹². Ademais, acrescenta: “Que se ocasionem reações subjetivas a isso (políticas, ideológicas, culturais) que ajudem a determinar a forma de desenvolvimento concretamente empírica em tempos de crise, isso é coisa diferente e não altera nada no caráter cegamente objetivado da crise enquanto tal” (KURZ, 2014a, p. 213). Contudo, profetiza (não sem razão, pelo que já podemos aferir em retrospectiva): o imperativo de conservar as formas básicas da sociabilidade capitalista, à medida que são progressivamente destituídas de seu conteúdo, deve conduzir a “colisões sociais catastróficas”.

3.2. Postone e o valor como medida inadequada da riqueza

Em seu esforço de reinterpretação crítica da reflexão marxiana, Postone (1978; 2003) levanta um ponto que nos parece, aqui, central: a despeito de todas as transformações que conformam em parte a história interna do capitalismo, há uma espécie de núcleo categorial fundamental que é (e deve ser) sistematicamente reconstituído pelo sistema em seu movimento de reprodução¹³. Por isso, o autor recupera o ponto de partida de Marx em *O capital* – tomando mercadoria e trabalho como as categorias estruturantes fundamentais da sociedade capitalista – para sustentar duas ideias-chave que se relacionam às questões até aqui abordadas. *Primeiro*, em função da dialética básica entre valor e valor de uso, esta sociedade não apenas apresenta uma lógica histórica imanente (em contraste a uma lógica simplesmente “retroativamente aparente”), mas é a única a possuir tal propriedade. Em termos mais próximos aos do próprio autor, a dialética constituinte da forma social mercadoria imprime – de modo sem precedentes – um caráter direcionalmente dinâmico à totalidade. *Segundo*,

12 É possível, partindo deste raciocínio, elaborar uma interessante explicação da proliferação de formas jurídicas (como patentes, direitos de propriedade intelectual etc.) como expressão da necessidade de manter a forma geral de circulação. A esse respeito, conferir Prado (2005) e Prado; Pinto (2014).

13 Neste ponto, Lukács (2012) faz algo semelhante (embora em maior nível de abstração) ao enfatizar a ideia de substância como aquilo que permanece na mudança e que, portanto, confere unidade a um processo qualquer.

o trabalho abstrato não deve ser entendido como uma categoria meramente fisiológica, visto que, nesses termos, permaneceriam ocultos justamente os aspectos historicamente específicos e distintivos do trabalho na sociedade capitalista. Ao contrário, é preciso ultrapassar a análise limitada aos aspectos gerais de gasto de energia humana, enfatizando o trabalho abstrato como uma categoria que é substância do valor apenas em função de seu papel como mediação social central.

Quanto à primeira, importa iluminar que no seio dessa dinâmica direcional aludida por Postone reside o movimento pelo qual a base da produção de riqueza material deixa progressivamente de ser o trabalho direto. Este autor, mais do que os demais aqui tratados, sublinha que tal tendência é resultado indissociável do caráter contraditório da forma mercadoria. Indissociável porque a existência da riqueza como valor exige, como mecanismo adequado de autoconservação, acumulação de capital. Em outros termos, o valor por si, imóvel, não se encontra na forma social adequada à sua própria conservação. Tal forma adequada é o capital e a marcha autoexpansiva que lhe é própria. Já se encontra na dupla natureza da forma social da riqueza, portanto, o impulso insaciável ao mais-valor¹⁴. Este elo entre valor, capital e mais-valor é bem conhecido e amplamente tratado por inúmeros autores. O que Postone faz de maneira bem-sucedida em sua *reconstrução do raciocínio marxiano* é perceber (e ressaltar) que o trabalho concreto, longe de ser indiferente à dimensão abstrata (ou até, de certo modo, a-histórica), é por ela moldado. Ou seja, o imperativo de mais-valor engendra modos concretos particulares de trabalho e, mais importante, *imprime uma direcionalidade* a este desenvolvimento material no sentido de tornar o trabalho direto crescentemente supérfluo.

Quanto à segunda, o crucial é perceber que, tanto quanto existe uma lógica imanente que conduz a reconfigurações produtivas generalizadas de modo a economizar trabalho, há também a “incontornável” necessidade de reconstituir as condições de produção de valor e mais-valor. Em termos mais gerais, por ser uma sociedade cuja dinâmica repousa sobre uma forma de mediação social singular (o trabalho produtor de valor), o impulso incontrolável aos ganhos de produtividade entra em contradição com o próprio fundamento da forma social de riqueza capitalista.

14 “[Marx] argumenta que entesourar dinheiro não é um modo de acumulação logicamente adequado ao valor, a uma forma geral abstrata que é independente de toda especificidade qualitativa. Marx elabora uma contradição lógica entre o caráter ilimitado do dinheiro, quando considerado qualitativamente como a representação universal da riqueza que é diretamente conversível em qualquer outra mercadoria, e a limitação quantitativa de toda soma efetiva de dinheiro. Marx assim prepara o terreno para a categoria do capital, uma forma que encarna mais adequadamente (...) o impulso para acumulação ilimitada implícito na forma de valor.” (POSTONE, 2003, p. 267)

À medida que o avanço das forças produtivas torna o trabalho direto crescentemente prescindível, sustenta Postone, o modo de produção, baseado no trabalho como categoria de mediação social central, torna-se obsoleto em relação às forças e possibilidades que dele emergem. O valor, como medida da riqueza, torna-se, assim, inadequado. Temos aqui, então, a leitura particular de Postone em relação ao que estamos chamando de crise do valor.

Em nenhum sentido, porém, é possível inferir das ideias de obsolescência, inadequação e crise uma espécie de “obituário” do capitalismo. Entre os autores abordados nesse texto, Postone é certamente o mais reticente quanto a uma concepção de crise terminal. Nem sequer é possível afirmar que há em sua intervenção uma imagem de colapso inevitável. O aspecto dessa progressiva inadequação que será enfatizado por Postone é o que ele chama de contradição entre o tempo histórico e o tempo presente:

[As categorias fundamentais de Marx] implicam que, com o desdobramento da dinâmica impulsionada em última instância pela forma mercadoria das relações, emerge uma crescente disparidade entre os desenvolvimentos da força produtiva do trabalho (que não são necessariamente limitados ao trabalho direto dos trabalhadores), por um lado, e a dimensão de valor dentro da qual tais desenvolvimentos são expressos (que é limitada a esse trabalho), por outro. A disparidade entre a acumulação de tempo histórico e a objetivação de tempo de trabalho imediato torna-se mais pronunciada à medida que o conhecimento científico é crescentemente materializado na produção. Conforme a distinção de Marx entre valor e riqueza material, os grandes aumentos de produtividade realizados pela ciência e tecnologia avançada não são, e não podem ser, adequadamente considerados em termos de dispêndio de tempo de trabalho abstrato, seja manual ou mental – incluindo o tempo necessário para pesquisa e desenvolvimento e a formação de engenheiros e trabalhadores qualificados. (2003, p. 297)

O avanço das forças produtivas expressa, nesse raciocínio, um acúmulo de trabalho passado objetivado (na forma de capital fixo, como vê-se em Marx [2011]). Este trabalho passado – em que a referência temporal é, segundo Postone, histórica – cria, por economizar trabalho direto, a possibilidade de tempo livre. Em outros termos, o impulso do capital ao aumento contínuo da produtividade cria a possibilidade de abolir (ou, ao menos, reduzir a um mínimo) o trabalho humano direto como substância formadora da riqueza social.

Evidentemente, esta é uma possibilidade que não pode ser realizada em uma sociedade orientada para máxima expansão do valor. Sendo assim,

a própria dinâmica do sistema deve ser capaz de transformar continuamente a possibilidade de tempo livre em tempo de trabalho excedente; i.e., em tempo de trabalho formador de mais-valor. Nas palavras do autor:

porque as forças produtivas sociais gerais são desenvolvidas como sendo as do capital – logo, no âmbito de um sistema que pressupõe o dispêndio de tempo de trabalho imediato – as forças produtivas objetivadas na grande indústria não tendem, em um nível social geral, a substituir trabalho humano direto na produção. Ao contrário, são usadas para extrair níveis mais elevados de mais-valor do trabalho que deixou de ser essencial para a produção de riqueza material (...). Em outras palavras, a dialética da transformação e reconstituição, que é enraizada nas formas estruturantes básicas do capitalismo, é tal que o dispêndio de trabalho humano no processo imediato de produção permanece necessário independentemente do grau ao qual a produtividade é desenvolvida. Consequentemente, embora o desenvolvimento da grande indústria engendre o desenvolvimento histórico do caráter social do trabalho concreto em uma forma que é independente dos produtores imediatos, a produção baseada em tempo histórico objetivado não simplesmente suplanta a produção baseada no presente, isto é, o dispêndio de tempo de trabalho imediato (POSTONE, 2003, pp. 344; 346).

Postone tem aqui uma leitura que talvez não alcance todo o potencial de sua própria análise. O autor, de fato, afirma reiteradas vezes que, embora o trabalho direto seja cada vez menos necessário para a produção de riqueza material, as condições para sua exploração devem ser sistematicamente reconstituídas pelo capital. No entanto, em nosso juízo, seria mais preciso afirmar que, neste contexto, a necessidade realmente incontornável para o capital é a de continuamente reproduzir as condições nas quais o valor e o trabalho regem e medeiam, respectivamente, as relações sociais (por isso utilizamos o termo *incontornável* entre aspas na página anterior).

Podemos, portanto, ir um pouco além e afirmar que, ainda que o trabalho direto efetivamente "saia de cena" no âmbito da produção, ele permanece, no capitalismo contemporâneo, como força mediadora no plano da totalidade. No entanto, por estar concretamente cada vez mais ausente, sua capacidade mediadora torna-se inadequada ou até desmedida¹⁵.

De qualquer forma, parece ser devido à capacidade que o capital tem demonstrado, historicamente, de colocar-se em condições de valorização que Postone conclui que não há uma "transição quasi-automática do capitalismo para uma forma nova e mais emancipatória" (1978, p. 761). Está

15 Cf. próxima subseção.

claro, não apenas em Postone, mas também nos demais autores: nenhum elemento das reflexões permite o salto a uma conclusão que indique uma sociedade emancipada emergindo *por força do colapso* da sociedade do capital. Coisa muito diferente é tratar do colapso propriamente dito. Postone parece, nesse sentido, assustar-se com a possibilidade de um limite interno absoluto ao capital que se torna aparente em sua própria análise, e acaba em grande medida postulando que, no plano da totalidade, o trabalho humano direto não é de fato substituído.

Nesse registro, ele parece atribuir ao mecanismo histórico de compensação do qual fala Kurz um estatuto estrutural mais permanente, uma capacidade indefinida de renovar-se. Por outro lado, diz o autor, quanto mais a possibilidade de tempo livre é ampliada, mais a sua conversão em tempo de trabalho encontra dificuldades, limitações, obstáculos práticos concretos, o que indica que, mesmo em seu posicionamento mais cauteloso quanto à noção de colapso do sistema, o vigor da dinâmica de acumulação não poderia ser reabilitado indefinidamente.

3.3. Fausto e Prado: valor desmedido e deposição do valor

Já vimos que em Fausto (1989), a grande indústria constitui-se como a primeira negação do processo de trabalho. Apesar disso, é nesse estágio que o capital assume a sua forma material mais adequada. A adequação material à qual se refere Fausto explica-se, basicamente, por dois motivos.

Primeiro, convém lembrar que o valor, mais que mera abstração, é uma *abstração real*, cuja processualidade pode ser mais ou menos habilitada – e mais ou menos limitada – pelas condições concretas vigentes. Tal abstração, ademais, envolve a *redução* da atividade produtiva a trabalho abstrato, por um lado, e do trabalho concreto a trabalho simples, por outro. E essa redução, de acordo com Fausto, é mais bem realizada (de modo cego, é verdade) na grande indústria: “Na realidade, o trabalho simples é posto ou criado pela grande indústria (com a qual se passa ao capitalismo em sentido específico). É o capitalismo em sentido específico que constitui o trabalho simples (o capitalismo manufatureiro já havia ‘simplificado’ o trabalho)” (2015, p. 135).

Segundo, a forma material é adequada porque é na grande indústria que se completam as condições de subsumir materialmente o trabalho ao capital, i.e., que se torna tecnicamente viável, de modo abrangente, exercer o controle objetivo sobre o processo de produção e, mais importante, sobre o processo de trabalho. Nesse sentido, para o capital, subordinar materialmente o trabalho à sua dinâmica de valorização envolve um aprofundamento do controle (em relação à subordinação meramente formal)

sobre um momento decisivo de seu próprio movimento, o da produção¹⁶.

Como síntese desses dois desdobramentos, é possível concluir que a emergência da grande indústria cria, portanto, as condições para que o trabalho seja disciplinado não somente quanto a seus aspectos processuais concretos (subsunção material), mas também quanto ao tempo (redução a trabalho simples). Por isso, Prado sustenta, a grande indústria “estabelece as melhores condições para a formação do trabalho abstrato e do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadoria. A medida ‘valor’ do trabalho mostra-se, por isso, adequada à regulação da produção como um todo” (2013, p. 128).

Há uma implicação inquietante dessa leitura, que ambos os autores não deixam de sublinhar: existe um vir-a-ser do valor que requer uma expressão material adequada para se completar. Existe um longo processo histórico de *posição do valor* e, num plano mais abrangente, do próprio capitalismo¹⁷. Já neste ponto não deve parecer absurdo contemplar a possibilidade de *deposição do valor* e, portanto, da sociedade baseada no valor. É precisamente o que faz Prado, afirmando que

ao longo da existência histórica do capitalismo, o “valor” não é posto de imediato em seus primórdios e nem vai ser deposto de uma vez em seu fim – momento em que, finalmente, é suprimido politicamente –, mas passa por um processo de formação e de desformação que corre por várias décadas. Pois, o ato revolucionário vindouro que acaba com a regulação inconsciente do processo de produção não deixa de ser precedido pela deterioração das condições necessárias para a formação do valor já no capitalismo (2013, pp. 110-1).

Com a emergência da pós-grande indústria, a produção e o nível das forças produtivas, agora indissociável do que Marx chamou de *general intellect*, apresenta-se como um poder que escapa à determinação temporal. Isso porque, argumenta Prado (2005), na pós-grande indústria (ou na

16 “Para Marx, a subsunção do trabalho ao capital, sendo formal e material, é também real. Ela se reproduz por meio de um contínuo revolucionamento dos processos de trabalho com base na adoção e difusão de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho, principalmente. (...) O próprio modo de produção torna-se adequado ao capital, configurando-se como especificamente capitalista. O processo produtivo fica cada vez mais moldado pela aplicação consciente dos conhecimentos científicos.” (PRADO, 2005, p. 61)

17 “(...) a lógica do texto de Marx vai contra a tradição filosófica, digamos kantiana (...). Com efeito, no texto de Marx, há algo de escandaloso: Marx supõe que a posição da coisa – e a posição da coisa é a existência (social) da coisa – é essencial para que ela seja o que é. Para que o ‘valor’ (tempo de trabalho, trabalho como generalidade abstrata), seja valor (ou o ‘trabalho abstrato’ seja o trabalho abstrato), é essencial que, além dessas determinações, haja posição, ou que essas determinações sejam determinações postas, socialmente existentes” (FAUSTO, 2015, p. 157).

indústria pós-fordista), o trabalho concreto assume traços tais que aquela modalidade de trabalho que se impõe como norma social não é mais redutível (ou, ao menos, não de forma adequada) a trabalho simples. Na pós-grande indústria, o trabalho direto, colocado à margem das máquinas e dos sistemas automatizados, tende, por um lado, a desaparecer (tornando-se cada vez mais simples atividade de supervisão) e, por outro, ao desvencilhar-se em parte da imposição mecânica de movimentos, tende a poder comportar novamente momentos de subjetividade. Com isso, o capital perde o suporte material de subsunção do trabalho e, como consequência, o trabalho adquire crescentemente um caráter não-homogeneizável – o que corresponde aqui à ideia de que o trabalho escapa (ao menos em alguma medida) ao controle disciplinador do tempo. Fausto sintetiza esse novo estágio afirmando que “a adequação material do capital é posta em xeque como que por um excesso de adequação” (1989, p. 53). O valor, como ressalta Fausto (2015), envolve um processo de redução (e não de generalização, como se poderia pensar vulgarmente), e é esta redução que passa a ser concretamente dificultada em função da nova configuração material do capital.

Mesmo no interior da Crítica do Valor, é corrente o argumento que ressalta que, com o avanço monstruoso das forças produtivas, a riqueza efetiva não apenas deixa de guardar alguma proporcionalidade com o tempo de trabalho, como vem a ser extraordinariamente desproporcional. O trabalho imediato deixa de ser, então, o pilar da riqueza e deve deixar¹⁸ de ser, portanto, sua medida. Prado (2005) parte desse ponto e vai um passo além, sustentando que há uma corrupção da própria medida. Aqui, podemos arriscar uma analogia ilustrativa.

Por um lado, utilizar uma régua escolar comum é inadequado para medir distâncias continentais. Diversos autores chegam até este ponto, afirmando que o trabalho se converte em medida anacrônica da riqueza efetiva. Por outro lado, se essa mesma régua apresentar subdivisões distorcidas e/ou indecifráveis, ela é, além de inadequada como medida, uma medida inadequada. Na contribuição original de Prado, o próprio valor ocuparia, nesta analogia, o lugar de medida inadequada. Nos termos do autor, o valor torna-se uma medida que tende à desmedida.

O trabalho abstrato, substância do valor, envolve uma equiparação cega de coisas qualitativamente distintas. Sendo assim, dizer que os trabalhos são qualitativamente diferenciados¹⁹ não é dizer tudo. Essa

18 Em um sentido ontológico, não normativo.

19 “O tempo de trabalho é agora, entretanto, um tempo qualitativamente diferenciado que não pode ser controlado apenas pelo relógio. Em razão mesmo dessa mudança do modo

observação ganha relevância, contudo, se entendermos que emerge uma diferenciação (ou diferenciações) qualitativa que inviabiliza o tipo de homogeneização (social, inconsciente etc.) requerida pelo trabalho abstrato como medida. Apoiado na lógica de Hegel, o que Prado pretende também ressaltar com a noção de *desmedida* é que a regulação e controle da atividade produtiva pelo tempo de trabalho, base da produção mercantil e pressuposto lógico da categoria valor, encontra-se em via de se tornar obsoleta, processo que ele denomina como *deposição do valor* (2013, p. 130).

Não se deve tomar, porém, a ideia de deposição como um processo linear e, mais importante, como consistindo em um *recoo* da abrangência das formas de sociabilidade típicas do capitalismo. Ao contrário, ao passo que o desenvolvimento das forças produtivas na pós-grande indústria corrói as condições da subsunção formal *material*, aumenta a exigência de um tipo de subsunção real denominado *intelectual* pelo autor. Mudam, portanto, as condições concretas de suporte à dominação, mas não necessariamente sua intensidade ou abrangência. Ao contrário, é precisamente em decorrência do processo de deposição do valor que as relações sociais mediadas pelo capital apresentam-se de maneira ainda mais intensa. Segundo Prado:

A dominação do capital, justamente por ter perdido sua base material anterior, precisa agora se basear, como nunca, em adesão ideológica e compromisso político. (...) Na verdade, sob essas formas aparentes (...), o capitalismo avançado estende sua dominação sistêmica de um modo que se torna cada vez mais total. Ele se apresenta como global e sem alternativas, mas por trás dessa aparência reificada há o fato de que a supervisão do capital está-se tornando supérflua. (2005, p. 69)

Há, na imagem que daí se desprende, uma analogia inevitável: a cosmologia nos diz que uma estrela moribunda, tendo realizado a fusão de seus elementos mais leves, deve recorrer, de modo a sustentar-se sob o “peso” de sua própria gravidade, à fusão de seus elementos mais pesados. Ao fazê-lo, no entanto, aumenta extraordinariamente seu próprio tamanho²⁰. A ideia de colapso adquire assim um sentido claro não de um processo de desvanecimento, mas de efetivo desmoronamento que tende a arrastar em seu curso tudo o que encontra pela frente. É por isso, diz Prado, “que a dominação do capital, longe de se abrandar, tem de se tornar intransigente e totalizadora” (2005, p. 136).

de trabalhar, o capital tem de passar a comandar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho, que se torna menos livre.” (PRADO, 2005, p. 63)

20 Estima-se que o nosso Sol, ao atravessar esta fase, invadirá o espaço que atualmente é ocupado pela órbita do planeta Terra.

Considerações finais

É patente, ao longo de todas as intervenções abordadas neste trabalho, uma ênfase recorrente aos desdobramentos materiais da dialética entre valor e valor de uso, e aos mecanismos pelos quais o capital é compelido a assumir formas materiais concretas que contradizem sua dimensão de valor. Nos *Grundrisse*, essa reflexão aparece apenas como exercício de projeção de um futuro possível do capitalismo. Nos autores que teorizam a crise do valor, os *insights* mais profundos de Marx podem ser contrapostos à realidade do capitalismo contemporâneo.

O foco do argumento de Kurz é que o processo duplo de cientificização da atividade produtiva acelera de tal forma a dissociação entre processo de trabalho e processo de produção que o trabalho passa a ser tornado supérfluo não apenas em termos relativos – como na exposição marxiana da lei geral de acumulação –, mas em termos absolutos. Isso, por seu turno, tende a esvaziar a forma valor de troca de seu conteúdo de valor, produzindo uma crise da forma dinheiro. Deriva daí sua visão de um processo de explosão da relação de valor. Talvez por isso seja em Kurz que aparece de modo mais contundente uma imagem de inevitabilidade do colapso (ainda que não um colapso abrupto) da sociedade capitalista.

Postone, por outro lado, enfatiza um aspecto distinto da mesma tendência. Diz que o avanço das forças produtivas traz consigo a *possibilidade* de uma sociedade emancipada – livre, tanto quanto possível, do trabalho necessário –, mas uma possibilidade cuja realização é incompatível com a forma social de riqueza baseada no valor. Assim, sua visão de crise do valor é de que o valor torna-se progressivamente inadequado como medida dessa riqueza. Como categoria social fundamental entra, portanto, em contradição com as possibilidades emancipatórias engendradas por sua própria lógica. Não é por acaso, portanto, que a reflexão de Postone se dirija às possibilidades de transição a uma sociedade cuja riqueza seja baseada na criação de tempo livre, não no trabalho direto como trabalho abstrato. Conclui daí (corretamente, em nosso juízo) que o estado anacrônico ao qual o capitalismo é impelido pela sua lógica imanente não implica a necessidade lógica de transição a qualquer nova formação socioeconômica específica, apenas a sua *possibilidade*.

Prado e Fausto, por sua vez, encontram no desenvolvimento material concreto do capital uma tendência à distorção do próprio valor. Em outros termos, não se trata, neste caso, nem somente de uma tendência global de contração da massa de valor (como em Kurz) nem somente de uma obsolescência da medida valor em função da monstruosa desproporção

entre riqueza material e riqueza social (como em Postone). Trata-se de uma deformação da própria categoria, visto que o trabalho é tornado não apenas supérfluo, mas também crescentemente não-homogeneizável. A abstração real mais básica da relação de valor torna-se, por isso, progressivamente inviabilizada.

É possível, tendo passado por todas essas reflexões, sermos confrontados por um questionamento muito básico: não seria a ideia de crise do valor mais bem enquadrada como crise da *teoria do valor*? Em outros termos, não teria a teoria do valor marxiana deixado de ser relevante para o entendimento da realidade social atual? Nossa resposta é um enfático *não!* O entendimento de que uma crise do valor provoca uma crise estrutural no capitalismo *reforça*, não enfraquece, a centralidade da categoria *valor* para entender o mundo contemporâneo; tal como o óbito de um indivíduo por infarto do miocárdio reforça a centralidade do bom funcionamento do órgão cardíaco para a vida humana.

Cabe ainda um último comentário a respeito da ideia de colapso. Temos consciência de que a palavra em si e os debates aos quais ela remete trazem uma carga desnecessária para as ideias de fato aqui avançadas. Nenhum dos autores tratados no texto aborda a noção de colapso como algo que aconteça abruptamente e muito menos como algo que conduza necessariamente a um tipo específico qualquer de sociedade futura. Sendo assim, portanto, convém propor uma reabilitação da reflexão em torno da possibilidade de que o capitalismo esteja de fato atravessando (ou venha a atravessar, inevitavelmente, por força de sua própria dinâmica) uma crise terminal. Em nosso juízo, a natureza dialética do capitalismo nos dá a pista de como a questão deve ser abordada e a passagem de Kurz usada como epígrafe nos fornece a síntese de sua legitimidade e relevância.

Todas essas perspectivas são baseadas em argumentos solidamente fundados em interpretações agudas de Marx (especialmente o Marx dos *Grundrisse*), do capitalismo contemporâneo e de sua história recente. Como já salientamos, iluminam aspectos distintos, mas que compõem uma leitura fértil da realidade atual. Fértil tanto como explicação quanto como ferramenta para conceber possibilidades de intervir e imprimir na realidade uma forma de sociabilidade alternativa – possível e desejável, evidentemente – àquela regida pelo capital.

Referências bibliográficas

FAUSTO, Ruy. A pós-grande indústria nos *Grundrisse*: E para além deles. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, pp. 47-67, nov. 1989
_____. *Marx: lógica e política* t. I. Petrópolis: Vozes, 2015.

- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- KURZ, Robert. "The crisis of exchange value: Science as productivity, productive labor, and capitalist reproduction" [1986]. In: LARSEN, Neil *et al. Marxism and the critique of value*. Chicago: MCM, 2014a.
- _____. "World power and world money: the economic function of the US military machine within global capitalism and the background of the new financial crisis" [2008]. In: LARSEN, Neil *et al. Marxism and the critique of value*. Chicago: MCM, 2014b.
- _____. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014c.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. III [1894]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política* l. I [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política* l. II [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POSTONE, Moishe. Necessity, labor, and time: a reinterpretation of the Marxian critique of capitalism. *Social Research*, v. 45, n. 4, pp. 739-88, 1978.
- _____. *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PRADO, Eleutério. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo - uma crítica a A. Negri e M. Hardt. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 17, 2003
- _____. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 1, n. 1, pp. 108-33, jul./dez. 2013.
- _____; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, pp. 61-74, jan./abr. 2014.